

Índice da Matéria

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 1º	Generalidades	3
1.	Introdução	3
2.	Razão de ser dos procedimentos especiais	4
3.	Casuísmo do Código	6
4.	Técnicas de especialização procedimental	7
5.	Complementação das regras procedimentais	8
6.	Pressupostos dos procedimentos especiais	9
7.	Erro na adoção do procedimento	10
8.	Ações especiais suprimidas pelo CPC/2015	12
8.1.	A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa...	16
8.2.	Requerimento e documentação	17
8.3.	Notificações	18
8.4.	Notificação por meio eletrônico	18
8.5.	Notificação por edital	18
8.6.	Conclusão do procedimento	19

CAPÍTULO II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 2º	Os fundamentos do depósito em consignação	21
9.	O direito de pagar	21
10.	A liberação natural e a liberação forçada do devedor	22
11.	A ação de consignação em pagamento	23
12.	Histórico da consignação em pagamento	23
§ 3º	O procedimento da consignação em pagamento	25
13.	Natureza do instituto da consignação	25
14.	Natureza processual da ação de consignação	26

15.	Prestações passíveis de consignação	26
16.	Cabimento da consignação	27
17.	Liquidez da prestação devida.....	28
18.	Consignação principal e incidental.....	32
19.	Legitimação <i>ad causam</i>	34
20.	Competência	36
21.	Consignação no local em que se acha a coisa devida	37
22.	Oportunidade da consignatória	38
23.	Objeto da consignação.....	41
24.	Obrigações de prestações periódicas.....	42
25.	Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	43
26.	Quebra da seqüência de depósitos periódicos.....	44
27.	O procedimento especial da consignatória	45
28.	Obrigações alternativas e obrigações genéricas.....	47
29.	Valor da causa	48
30.	Resposta do demandado.....	48
31.	Comparecimento do credor para receber	48
32.	Não comparecimento e revelia do demandado	50
33.	Levantamento do depósito pelo devedor	51
34.	Contestação	52
35.	Matéria de defesa.....	53
36.	Complementação do depósito insuficiente.....	54
37.	Sentença.....	57
38.	Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	58
39.	Particularidades da consignação por dúvida	59
40.	A posição dos possíveis credores.....	60
41.	Resgate da enfiteuse	62
42.	A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	63
43.	A consignação de obrigação em dinheiro	66
44.	Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	67

CAPÍTULO III – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

§ 4º	Generalidades	71
45.	Introito	71
46.	Objetivo da ação de exigir contas.....	71
47.	Ação de dar e ação de exigir contas	72
48.	A natureza da ação de exigir contas.....	74
49.	Cabimento	74
50.	Prestação de contas e prescrição.....	78

51.	Legitimação e interesse	79
52.	Prestação de contas dos administradores judiciais	81
53.	Sociedade e prestação de contas	82
54.	Ações matrimoniais e prestação de contas	83
54-A.	Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal	84
55.	Prestação de contas entre condôminos	85
55-A.	Prestação de contas do banco ao correntista	86
56.	Organização das contas	88
57.	Prova das contas	88
§ 5º	Procedimento da ação de exigir contas	90
58.	Ação de exigir contas	90
59.	Procedimento da primeira fase	90
60.	Reconvenção	92
61.	Decisão da primeira fase	92
62.	Procedimento da segunda fase	94
63.	Contas elaboradas pelo autor	95
64.	Sucumbência	97
§ 6º	Execução no procedimento de exigir contas	99
65.	Sentença e execução	99

CAPÍTULO IV – AÇÕES POSSESSÓRIAS

§ 7º	Generalidades	103
66.	A posse e seus efeitos	103
67.	A razão da tutela possessória	104
68.	O instituto da posse e a paz social	106
69.	O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório)	108
70.	Natureza jurídica da posse	109
71.	Requisitos da tutela possessória	113
	71.1. Posse de particular sobre bem público	116
	71.2. Posse e detenção. Direito de retenção	117
§ 8º	Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição	119
72.	Origem dos interditos possessórios	119
73.	As ações possessórias	120
74.	Competência	121
75.	Legitimação ativa	122
76.	Legitimação passiva	123
77.	Petição inicial	124

78.	Procedimento: as ações de força nova e força velha	125
79.	Invasões coletivas de imóvel	126
80.	Medida liminar possessória	128
81.	A decisão sobre a liminar	130
82.	A sentença possessória.....	131
83.	Posse de coisas e posse de direitos.....	133
83-A.	Posse de bens públicos.....	135
84.	O petitório e o possessório.....	136
85.	A exceção de propriedade no juízo possessório	140
86.	Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro.....	142
87.	Natureza dúplice das ações possessórias	144
88.	Liminar em favor do réu.....	145
89.	Natureza real das ações possessórias	147
90.	Natureza executiva do procedimento interdital	149
	90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos	152
91.	Cumulação de pedidos	153
92.	Interdito proibitório	154
§ 9º	Alguns incidentes registráveis nos interditos.....	156
93.	Embargos de terceiro	156
94.	Medida liminar e mandado de segurança	158
95.	Embargos de retenção.....	158
96.	Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	159

CAPÍTULO V – AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

§ 10. Generalidades	165
97. Introdução	165
98. Conceito das ações especiais em análise	166
99. Cumulação de ação divisória com ação demarcatória	166
100. Temas novos.....	167
101. Divisão e demarcação consensuais.....	167
102. O georreferenciamento e a prova pericial	169
103. Sucumbência e honorários advocatícios	170
§ 11. Ação de demarcação	172
104. A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial.....	172
105. Objeto da ação	173
106. Competência para as ações do juízo divisório.....	180
107. Legitimação ativa para o procedimento demarcatório.....	181

108.	Legitimação ativa de condômino	183
109.	Legitimação passiva.....	184
110.	Citação do confinante demandado	185
111.	Contestação	186
112.	Prazo de contestação.....	188
113.	Prova pericial	189
114.	A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de acerto- amento ou cognição).....	190
115.	Procedimento executivo (segunda fase da ação).....	192
116.	A conclusão do procedimento demarcatório.....	193
117.	Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória	194
118.	Cumprimento da sentença em face dos confinantes	195
§ 12.	Ação de divisão	197
119.	Ação de divisão. Petição inicial.....	197
120.	Objeto da ação	197
121.	Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC.....	198
122.	Competência	199
123.	Legitimação ativa.....	200
124.	Legitimação passiva.....	202
125.	Procedimento. Citação.....	204
126.	Contestação	204
127.	Revelia.....	206
128.	Prova pericial	207
129.	Auto de divisão e sentença homologatória	211
130.	Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão.....	212
131.	A coisa julgada na ação de divisão	213
132.	Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada)	215
133.	Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda ...	215
134.	Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda	217

CAPÍTULO VI – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

§ 13.	Da ação	223
135.	Introito	223
	135.1. Sociedades simples	224
136.	Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade	225
137.	Objetivo	227
138.	Legitimidade	228
139.	Cabimento	231
140.	Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i>	233

141.	Competência	235
142.	Procedimento.....	235
143.	A resolução da sociedade	241
144.	Apuração dos haveres	241
145.	Critérios para apuração dos haveres	242
146.	Execução da sentença.....	246
147.	A dissolução parcial de sociedade anônima	247
147-A.	Dissolução parcial de sociedade e cláusula compromissória (juízo arbitral)	249

CAPÍTULO VII – INVENTÁRIO E PARTILHA

§ 14. Disposições gerais	253
148. Introito	253
149. Caráter contencioso do inventário	254
150. Inventário e partilha por via administrativa	255
151. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial.....	258
152. Execução da partilha por via administrativa	260
153. Inventário negativo.....	261
154. Competência	262
154.1. Prevenção de competência, no caso de ajuizamento de mais de um inventário sobre a mesma herança	263
155. Universalidade do foro sucessório	264
156. Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	265
157. Administração da herança	266
158. O inventariante	267
159. Encargos do inventariante.....	269
160. Remoção do inventariante	271
161. Legitimação para promover o inventário	273
§ 15. Inventário judicial	275
162. Procedimento.....	275
163. Petição inicial.....	275
164. Primeiras declarações	276
165. Citações e interveniências	277
166. Impugnação dos citados	279
167. Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	280
168. Avaliação.....	282
169. Últimas declarações.....	283
170. Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	284
171. Colações.....	285
172. Sonogados.....	286
173. Pagamento de dívidas do morto.....	287

§ 16. Partilha	290
174. Espécies de partilha.....	290
175. Partilha judicial. Deliberação.....	290
176. Esboço e lançamento da partilha.....	293
177. A sentença da partilha.....	294
178. O formal de partilha.....	295
179. Emenda ou retificação da partilha.....	296
180. Pacto de não partilhar.....	297
§ 17. Invalidação da partilha	300
181. Ação de anulação e ação rescisória de partilha.....	300
182. Conceituação de partilha judicial.....	300
183. Conceituação de partilha amigável.....	303
184. Casuísmo da rescisória de partilha.....	304
185. Ação de nulidade de partilha.....	305
186. Ação de petição de herança.....	307
§ 18. Arrolamento	309
187. Simplificação do inventário.....	309
188. Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados) ...	309
189. Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei).....	312
190. Lei nº 6.858, de 24.11.1980.....	313
190.1. Benefícios previdenciários.....	314
191. Inventário administrativo.....	315
§ 19. Disposições comuns	316
192. Medidas cautelares.....	316
193. Sobrepartilha.....	317
194. Curatela especial ao herdeiro.....	318
195. Inventários cumulados.....	318
196. Honorários de advogado.....	319
197. Extinção do processo por paralisação da causa.....	320
198. Assistência judiciária.....	320
199. Terceiros prejudicados.....	321
CAPÍTULO VIII – EMBARGOS DE TERCEIRO	
§ 20. Generalidades	329
200. Conceito.....	329
201. Natureza jurídica.....	330
202. Requisitos.....	331

203.	Ato judicial atacável	333
203-A.	Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro	335
204.	Penhora de bem alienado em fraude contra credores	336
205.	Embargos a atos do juízo divisório	337
205-A.	Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica	338
206.	Embargos do credor com garantia real.....	339
206-A.	Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária.....	341
207.	Embargos e mandado de segurança.....	342
§ 21.	Procedimento	345
208.	Legitimação ativa.....	345
209.	Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro	348
210.	Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo	349
211.	Legitimação passiva.....	352
212.	Oportunidade	353
213.	Competência	355
214.	Procedimento.....	356
215.	Sentença	359
215-A.	Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	361

CAPÍTULO IX – OPOSIÇÃO

§ 22.	A ação especial de oposição	365
216.	Introdução	365
217.	Conceito.....	366
218.	Cabimento e extensão.....	367
219.	Oportunidade da oposição.....	368
220.	Conexão das causas.....	369
221.	Competência	370
222.	Procedimento.....	370
223.	Julgamento da oposição.....	371

CAPÍTULO X – HABILITAÇÃO

§ 23.	Procedimento da substituição da parte falecida	373
224.	Conceito.....	373
225.	Legitimidade para requerer a habilitação.....	374
226.	Competência	374
227.	Procedimento.....	375
228.	Habilitação do adquirente e do cessionário	377
229.	Efeito do deferimento da habilitação.....	377

CAPÍTULO XI – TIPIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES
AO DIREITO DE FAMÍLIA

§ 24. Ações de família	379
230. Introito	379
231. A entidade familiar	379
232. Tipificação	380
233. A mediação e a conciliação	381
234. A Resolução nº 125 do CNJ	382
235. Legitimação	383
236. Procedimento	383
237. Efeitos do termo final da mediação e conciliação	387
237-A. Ação de alimentos	388
237-B. Ação de alimentos gravídicos	395
237-C. A coisa julgada nas ações de paternidade	395
237-D. Ações de paternidade <i>post mortem</i>	396
237-E. Ação para exigir contas no âmbito do direito de família	397

CAPÍTULO XII – AÇÃO MONITÓRIA

§ 25. Noção geral do procedimento monitorio.....	401
238. Introito	401
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	401
240. Em que consiste o procedimento monitorio.....	403
241. O procedimento monitorio brasileiro	405
242. A ação monitoria no Código de Processo Civil	407
§ 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil Brasileiro	409
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria.....	409
244. Objeto.....	410
244.1. Dívida de jogo contraída no exterior.....	411
245. Competência	412
246. Legitimidade ativa	412
247. Legitimidade passiva.....	413
248. Prova	415
249. Procedimento.....	421
250. Embargos à ação monitoria.....	425
251. Processamento dos embargos monitorios.....	426
252. Coisa julgada.....	428
253. Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento	428
254. Uso indevido da ação monitoria	429

CAPÍTULO XIII – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

§ 27. Da ação	431
255. Introito.....	431
256. Penhor legal: efetivação e homologação.....	432
257. Natureza jurídica da medida processual.....	433
258. Procedimento.....	433
259. Sentença.....	435
260. Execução.....	436
261. Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal.....	436

CAPÍTULO XIV – DANOS OCORRIDOS DURANTE A NAVEGAÇÃO

§ 28. Regulação da avaria grossa	439
262. Introito.....	439
263. Conceito.....	440
264. A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro.....	442
265. Competência.....	443
266. Legitimidade.....	444
267. Procedimento.....	444
268. O Tribunal Marítimo.....	449

CAPÍTULO XV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS

§ 29. Procedimento para recuperar autos desaparecidos	453
269. Conceito.....	453
270. Objetivo do procedimento.....	454
271. Legitimidade.....	454
272. Competência.....	455
273. Procedimento.....	455
274. Julgamento da restauração.....	457
275. Autos extraviados no tribunal.....	457
276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos.....	457

**Parte II – Procedimentos de
Jurisdição Voluntária**

CAPÍTULO XVI – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

§ 30. Generalidades	459
277. Introito.....	459
278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados.....	461

279.	Litigiosidade incidental	463
280.	A função do juiz.....	463
281.	Verbas sucumbenciais.....	464
282.	Procedimentos	465

CAPÍTULO XVII – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

§ 31.	Procedimento para notificar, interpelar	469
283.	Conceito.....	469
284.	Protesto de títulos pela via notarial.....	470
284.1.	Cancelamento do protesto de títulos.	471
284.2.	A recuperação judicial e a suspensão dos protestos.....	472
284.3.	Central Nacional de Serviços Eletrônicos	473
285.	Protesto judicial	474
286.	Notificação	476
287.	Interpelação.....	477
288.	Procedimento.....	477
289.	Indeferimento do pedido.....	479
290.	Defesa e contraprotesto	480
291.	Encerramento do feito e destino dos autos	481

CAPÍTULO XVIII – ALIENAÇÕES JUDICIAIS

§ 32.	Procedimento das alienações judiciais	483
292.	Alienações judiciais.....	483
293.	Alienações cautelares	483
294.	Iniciativa da medida.....	484
295.	Casos de alienação judicial expressos em lei	484
296.	Leilão.....	485
297.	Avaliação prévia.....	486
298.	Publicidade.....	486
299.	Arrematação.....	487
300.	Destino do produto da alienação	487
301.	Outros bens alienáveis judicialmente	488
302.	Bens indivisíveis em inventário e partilha	488
303.	Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos	489
304.	Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio ..	490
305.	Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular.....	491
306.	Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução.....	492
307.	Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular	493

CAPÍTULO XIX – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

§ 33. Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais	495
308. Noções introdutórias.....	495
309. A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010.....	496
310. Natureza jurídica	498
311. Requisitos	498
312. Legitimação	499
313. Competência	500
314. Petição inicial.....	500
315. Procedimento.....	504
316. Sentença de homologação	505
317. Reconciliação do casal	506
318. Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável...	506
318.1. Alteração negocial de partilha homologada judicialmente	507
319. Separação, divórcio e extinção de união estável por via administrativa	508
320. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais	511
321. Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública.....	512
322. Alteração do regime de bens do casamento.....	513

CAPÍTULO XX – TESTAMENTOS E CODICILOS

§ 34. Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo	517
323. Introito	517
324. Objetivo do procedimento	517
325. Competência	519
326. Procedimento.....	519
327. Sentença	520
328. Efeitos.....	520
329. Testamento cerrado	521
330. Testamento público	522
331. Testamento particular	522
332. Procedimento.....	523
333. Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo	525

CAPÍTULO XXI – HERANÇA JACENTE

§ 35. Procedimento da arrecadação de herança jacente	529
334. Conceito moderno de jacência da herança	529

335.	Competência	529
336.	Legitimação	530
337.	Procedimento.....	530
338.	A administração da herança jacente	531
339.	Habilitação.....	532
340.	Declaração de vacância.....	532

CAPÍTULO XXII – BENS DOS AUSENTES

§ 36.	Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes.....	535
341.	Ausência.....	535
342.	Pressupostos	535
343.	Competência	535
344.	Fases do procedimento	536
345.	Procedimento da primeira fase.....	536
346.	Procedimento da sucessão provisória.....	536
347.	Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	538

CAPÍTULO XXIII – COISAS VAGAS

§ 37.	Procedimento da arrecadação das coisas vagas	541
348.	Conceito.....	541
349.	Legitimação	541
350.	Competência	541
351.	Cabimento	542
352.	Procedimento.....	542

CAPÍTULO XXIV – INTERDIÇÃO

§ 38.	O instituto da curatela	545
353.	Introito	545
354.	Questões relevantes sobre a interdição.....	545
355.	Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do CPC/2015	547
§ 39.	O procedimento da interdição	553
356.	Natureza jurídica da interdição	553
357.	Competência	553
358.	Legitimidade	554
359.	Petição inicial.....	557
360.	Procedimento.....	558
361.	Sentença	561

362.	Eficácia da sentença sobre atos do interditando.....	563
363.	Rescisória.....	564
364.	Levantamento da interdição.....	564
365.	Investidura dos curadores	565
366.	Remoção de curador	565
§ 40.	A Tomada de decisão apoiada	567
367.	A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade.....	567
368.	Procedimento.....	568

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

§ 41.	Generalidades	571
369.	Introito	571
370.	Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	572

CAPÍTULO XXVI – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

§ 42.	Procedimento da organização e fiscalização das fundações	577
371.	Conceito de fundação	577
372.	Procedimento da instituição da fundação.....	577
373.	Estatutos confiados à elaboração de terceiro	578
374.	Alteração do estatuto	579
375.	Extinção da fundação.....	579

CAPÍTULO XXVII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS
E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

§ 43.	Procedimento.....	583
376.	Introito	583
377.	Conceito.....	583
378.	Objetivo	585
379.	Procedimento.....	585

CAPÍTULO XXVII-A – USUCAPIÃO

§ 43-A.	Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel.....	591
379-A.	Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	591
379-B.	Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião	592
379-C.	Julgamento do procedimento administrativo.....	593
379-D.	Cabimento do procedimento extrajudicial	594
379-E.	Competência	595

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

CAPÍTULO XXVIII – O JUÍZO ARBITRAL

§ 44. Procedimento da arbitragem.....	597
380. O juízo arbitral no direito brasileiro	597
381. Disposições gerais.....	599
382. Convenção de arbitragem.....	601
383. Cláusula compromissória.....	602
384. Requisitos da cláusula compromissória.....	603
384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo	603
384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia.....	604
385. Execução da cláusula compromissória	604
386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”.....	606
387. Direito intertemporal.....	607
388. Autonomia da cláusula compromissória.....	609
389. Compromisso arbitral.....	610
390. Extinção do compromisso arbitral.....	611
391. Os árbitros	611
392. O procedimento.....	613
393. Tutelas cautelares e de urgência.....	616
394. Carta arbitral.....	618
395. Sentença arbitral	620
396. Requisitos da sentença arbitral	620
396-A. Execução da sentença arbitral e desconsideração da personalidade jurídica.....	621
397. Recursos.....	622
398. Nulidade da sentença arbitral	622
399. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	624
399-A. Superação de alguns problemas enfrentados pela sentença estrangeira	626
400. Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	628
401. Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos	629
401.1. A arbitragem e a Administração Pública.....	631
401.2. Destaques do regime da Lei nº 13.129/2015	632
402. Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	635
402-A. Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação	635
402-B. Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral.....	636
403. Alegação em juízo de convenção de arbitragem	637
403-A. Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário.....	637
403-B. Cláusula compromissória e contratos coligados	640

Parte IV – Juizado Especial Civil

CAPÍTULO XXIX – AS PEQUENAS CAUSAS E O ACESSO À JUSTIÇA

§ 45. Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	643
404. Introito	643
405. Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?.....	644
406. Criação do Juizado Especial.....	645
407. Princípios informativos	645
408. Princípio da oralidade.....	646
409. Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	647
410. Conciliação	648
411. A facultatividade do Juizado Especial.....	649
412. O Juizado Especial Civil	650
413. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	651
414. O Juizado Especial Civil e o Código de Processo Civil	651
415. O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas	653
§ 46. O órgão julgante: competência e composição	655
416. Competência	655
417. Foro competente.....	657
418. Conflito de competência	657
419. Competência para execução forçada	658
420. Limitações à competência	658
421. O órgão julgante	659
422. Distribuição de funções: tarefa do juiz	659
423. Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	660
424. O juízo arbitral.....	661
§ 47. Partes	663
425. Legitimação <i>ad causam</i>	663
426. Legitimação <i>ad processum</i>	664
427. Litisconsórcio e intervenção de terceiros	665
428. Intervenção do Ministério Público	665
§ 48. Os atos processuais e o procedimento	666
429. Os atos processuais e sua forma	666
430. O procedimento.....	666
431. A propositura da ação.....	667
432. Citações e intimações.....	668
433. Requisitos da citação.....	668

434.	Intimações	668
435.	A audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	669
436.	A resposta do réu.....	670
437.	As provas.....	670
§ 49.	A sentença e os recursos	672
438.	A sentença	672
439.	Recursos.....	672
440.	Mandado de segurança	676
441.	Uniformização de jurisprudência.....	677
441.1.	Competência para a reclamação.....	678
442.	Extinção do processo	679
§ 50.	Execução e disposições especiais.....	680
443.	Execução forçada.....	680
444.	As despesas processuais no Juizado Especial Civil	681
445.	Curadorias e assistência judiciária	682
446.	Acordos extrajudiciais.....	682
447.	Ação rescisória	683
448.	Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais.....	683

CAPÍTULO XXX – O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

§ 51.	As pequenas causas na Justiça Federal.....	685
449.	A instituição do Juizado Especial Federal	685
450.	Disciplina legal.....	685
451.	Princípios informativos	685
452.	Competência absoluta.....	686
453.	Conflito de competência	686
§ 52.	Órgão julgante.....	687
454.	Composição do órgão julgante.....	687
455.	Sessão de conciliação	687
456.	Competência	687
457.	Conflito de competência	688
458.	Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	688
§ 53.	Partes	690
459.	Legitimação	690
460.	Intervenção de terceiros e litisconsórcio	690
461.	Ministério Público.....	690
462.	<i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	691

§ 54. Atos processuais e procedimento	692
463. Princípios.....	692
464. Atos de comunicação processual.....	692
465. Uso de meios eletrônicos.....	692
466. Prazos.....	693
467. Petição inicial.....	693
468. Resposta.....	693
469. Exceções.....	693
470. Sessão de conciliação.....	694
471. Instrução probatória.....	694
472. A sentença e as máximas de experiência.....	694
473. Reexame necessário.....	695
§ 55. Sistema recursal	696
474. Recursos no Juizado Especial.....	696
475. Recurso especial e recurso extraordinário.....	696
476. Incidente de uniformização de jurisprudência.....	697
§ 56. Execução e medidas preventivas	699
477. Execução.....	699
478. Medidas cautelares.....	699
479. Antecipação de tutela.....	700
 CAPÍTULO XXXI – OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA 	
§ 57. As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios	703
480. A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	703
481. Disciplina legal.....	703
482. Competência absoluta.....	704
§ 58. Órgão judicante	705
483. Composição do órgão judicante.....	705
484. Competência.....	705
§ 59. Partes	707
485. Legitimação.....	707
486. Ministério Público.....	707
487. Representação das partes.....	707
§ 60. Atos processuais e procedimento	708
488. Atos de comunicação processual e prazos.....	708
489. Petição inicial, citação e resposta.....	708

490.	Audiência de conciliação.....	708
491.	Instrução probatória.....	708
492.	Sentença e recurso de ofício.....	709
493.	Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	709
§ 61.	Sistema recursal.....	710
494.	Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	710
495.	Uniformização de jurisprudência.....	710
496.	Causas repetitivas.....	711
497.	Medidas de urgência.....	711
§ 62.	Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública...	713
498.	Cumprimento da sentença.....	713
499.	Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	713
500.	Obrigações de quantia certa.....	713

**Parte V – Alguns Procedimentos Especiais
Disciplinados Fora do Código
de Processo Civil**

CAPÍTULO XXXII – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

§ 63.	A Constituição e o processo.....	717
501.	O direito processual constitucional.....	717
502.	Os fundamentos do direito processual constitucional.....	717
§ 64.	Mandado de segurança.....	719
503.	Conceito.....	719
504.	Natureza da ação.....	720
505.	Legitimação ativa.....	720
506.	Legitimação passiva.....	721
507.	Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança.....	724
508.	Ato de autoridade judicial.....	725
509.	Ato sujeito a recurso administrativo.....	726
510.	Litisconsórcio.....	726
511.	Assistência.....	727
512.	Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	728
513.	Procedimento.....	729
514.	Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	730
515.	Liminar.....	731
516.	Suspensão da segurança.....	733
517.	Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança.....	734
518.	Competência.....	735

519.	Desistência do mandado de segurança.....	736
520.	Sentença e coisa julgada.....	737
521.	Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009.....	738
§ 65.	Mandado de segurança coletivo	743
522.	Conceito.....	743
523.	Direitos coletivos e direitos difusos.....	743
524.	Legitimação ativa.....	744
525.	Legitimação passiva.....	746
526.	Procedimento e competência.....	746
527.	Liminar.....	747
527-A.	Execução.....	747
§ 66.	Mandado de injunção	749
528.	Conceito.....	749
529.	Objeto.....	751
530.	Pressupostos.....	753
531.	Legitimação.....	756
532.	Competência.....	759
533.	Procedimento.....	760
533.1.	Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção.....	765
533-A.	Desistência da ação de mandado de injunção.....	766
533-B.	Intervenção do Ministério Público.....	766
533-C.	Medida liminar.....	766
533-D.	Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção.....	768
533-E.	Ampliação dos limites subjetivos da injunção.....	768
533-F.	Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão.....	769
533-G.	“Provisoriamente” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção..	770
533-H.	Recursos.....	771
533-I.	Mandado de injunção coletivo.....	772
533-J.	Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	772
533-K.	Litispendência.....	773
§ 67.	Habeas data	777
534.	Conceito.....	777
535.	Natureza jurídica.....	778
536.	Legitimidade e interesse.....	778
537.	Objeto do <i>habeas data</i>	779
538.	Competência.....	780
539.	Procedimento.....	781
540.	Cumprimento da sentença.....	782
541.	Coisa julgada.....	782

§ 68. Ação popular	784
542. Conceito.....	784
543. Requisitos	784
544. Atos atacáveis pela ação popular	785
544-A. Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos.....	786
545. Legitimação	786
546. Procedimento.....	787
547. Sentença	788
548. Coisa julgada.....	788
549. Execução.....	788
550. Prescrição	789

CAPÍTULO XXXIII – AÇÕES COLETIVAS

§ 69. Ação civil pública e outras ações coletivas	793
551. Histórico	793
552. Direito material coletivo e direito processual coletivo	794
553. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	795
554. Objeto da ação civil pública	796
555. Ações coletivas possíveis após o CDC.....	798
556. Legitimação	802
556-A. Legitimação de pessoa jurídica de direito público.....	805
557. Ação coletiva por meio de associação.....	806
558. Ações coletivas promovidas por sindicatos.....	808
559. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos	810
559-A. Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis	814
560. Inquérito civil.....	815
560-A. Ação civil pública e políticas públicas.....	817
560-B. Negócio jurídico processual em ação civil pública	819
561. Competência	819
562. Procedimento.....	820
562.1. Regime especial das despesas com as provas necessárias na ação civil pública.....	820
563. Liminar	821
563-A. Remessa necessária.....	821
563-B. Verba advocatícia sucumbencial	822
563-C. Cabimento da imposição de <i>astreinte</i>	823
564. Coisa julgada.....	823
564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva	826
565. Execução.....	827

565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva	829
565.2. Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente.....	829
566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação	830

CAPÍTULO XXXIV – AÇÕES LOCATÍCIAS

§ 70. Generalidades	833
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	833
568. Tramitação durante as férias forenses.....	834
569. Competência do <i>forum rei sitae</i>	834
570. Valor da causa	835
571. Atos de comunicação processual.....	835
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias.....	836
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação	837
§ 71. Ação de despejo	839
573. Natureza.....	839
574. A força executiva do procedimento	840
575. A liminar na ação de despejo.....	841
576. Legitimação	843
577. Documentação da petição inicial.....	844
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	844
579. Denúncia vazia.....	845
580. Denúncia cheia	845
§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento	847
581. Cabimento	847
582. Consequência da cumulação de pedidos	847
583. Purga da mora.....	848
584. Reiteração abusiva da purga da mora	850
585. Purga da mora e contestação	850
§ 73. Execução da sentença de despejo	853
586. Desocupação voluntária	853
587. Execução forçada.....	853
588. Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel	854
589. Execução provisória e caução	854
590. Abandono do imóvel pelo locatário.....	855
§ 74. Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação	857
591. Cabimento	857
592. Legitimação	857

593.	Pressupostos.....	858
594.	Procedimento.....	858
595.	Petição inicial.....	858
596.	Depósito judicial.....	859
597.	Prestações vincendas.....	859
598.	Revelia.....	859
599.	Contestação.....	859
600.	Reconvenção.....	860
601.	Complementação do depósito após a contestação.....	860
602.	Levantamento do depósito.....	860
§ 75.	Ação revisional de aluguel.....	862
603.	Cabimento.....	862
604.	Natureza.....	862
605.	Legitimação.....	862
606.	Procedimento.....	862
607.	Petição inicial.....	863
608.	Aluguel provisório.....	864
609.	Contestação.....	865
610.	Sentença.....	866
611.	Verbas de sucumbência.....	867
612.	Execução de sentença.....	867
613.	Acordo de desocupação.....	868
§ 76.	Ação renovatória.....	870
614.	Cabimento.....	870
615.	Natureza jurídica.....	870
616.	Legitimação.....	871
617.	Procedimento.....	873
618.	Petição inicial.....	873
619.	A defesa do locador.....	876
620.	Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais.....	877
621.	Defesa baseada no valor real da locação.....	877
622.	Defesa baseada em melhor proposta de terceiro.....	877
623.	Retomada para construção ou reconstrução.....	878
624.	Retomada para uso próprio.....	878
625.	Aluguel provisório.....	879
626.	Sentença.....	880
627.	Sentença de retomada.....	881
628.	Execução de sentença.....	882
629.	Indenização de perdas e danos.....	883

CAPÍTULO XXXV – AÇÕES DECORRENTES DE *LEASING*
E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

§ 77. Alienação fiduciária em garantia.....	885
630. Introdução.....	885
630.1. A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário.....	886
631. Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis).....	888
632. Busca e apreensão.....	888
633. Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão.....	893
634. Ação de depósito.....	894
635. Ação de execução.....	894
636. Execução da alienação fiduciária de bem imóvel.....	895
636.1. Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente.....	896
636.2. Despesas condominiais incidentes sobre o imóvel alienado fiduciariamente.....	899
636-A. Taxa de ocupação.....	899
§ 78. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	904
637. Noção de arrendamento mercantil.....	904
637.1. Descaracterização do contrato de <i>leasing</i>	905
638. Ações decorrentes do <i>leasing</i>	905
639. Aspecto tributário.....	909
Bibliografia.....	911
Índice Onomástico.....	935
Índice Alfabético de Assuntos.....	941
Índice dos Fluxogramas.....	961